

----- **ACTA N.º 21/2009** -----

-----Aos seis dias do mês de Novembro de 2009, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria José Rosa Marques Costa.-----

-----O Senhor Vereador Victor Santos entrou no decorrer da reunião e informou que tal se ficou a dever ao facto de só ter tido conhecimento da mesma no próprio dia às 11 horas, quando fez o levantamento do aviso de recepção, por se encontrar ausente do concelho e não ter sido avisado telefonicamente como havia sido previamente acordado. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a existência ou não, de um regimento de Câmara e para quando estava prevista a sua elaboração. Segundo opinião do Senhor Vereador é um documento importante e proveitoso para o funcionamento desta Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que o regimento está em fase de elaboração e que depois de analisado será presente a uma reunião de Câmara para discussão e aprovação.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu-se ao Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98, de 26 de Maio), aludindo que o MAJUSP pretende fazer uso dos direitos aí consignados.-----

-----De seguida pretendeu saber se o Senhor Presidente irá dar cumprimento ao estatuído no n.º 5, do artigo 73.º, mais concretamente, a disponibilização, a todos os vereadores, de um espaço físico, meios e apoio pessoal necessário ao exercício do respectivo mandato.-----

-----Por último referiu-se aos *outdoors* que foram colocados pela autarquia a anunciar as obras promovidas pelo Executivo e que foram retirados, por ordem judicial, aquando da campanha eleitoral, para dizer que, os mesmos deveriam agora ser recolocados, porque representam um custo para a Câmara, estando certamente a deteriorar-se e não cumprindo a função para a qual foram adquiridos que é publicitar as obras promovidas por esta autarquia.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que as instalações que esta Câmara possui, estão presentemente todas ocupadas, terão que analisar o assunto. -----

-----Disse que relativamente ao Estatuto do Direito de Oposição irá ser cumprido à semelhança dos anteriores mandatos. -----

-----Relativamente aos *outdoors* informou que muitos deles já foram recolocados, mas que tenciona repô-los a todos, para que os munícipes tenham conhecimento das obras que estão a ser realizadas no concelho. ---

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:**-----

-----Por ser reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos o Senhor Presidente propõe o agendamento na ordem de trabalhos, do seguinte ponto: -----

-----**6.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2009.**-----

-----**Posto o assunto a votação foi deliberado aprovar por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, a inclusão do assunto: 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2009, na ordem de trabalhos.** -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra, porquanto o assunto ora posto para inclusão, parece-me que, um assunto desta importância não deve ser incluído numa ordem de trabalhos nos pontos de antes da ordem do dia, porquanto não são oferecidos os meios e o tempo necessários para uma correcta avaliação dos documentos”.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Executivo disponibiliza, não só, o Técnico como também o tempo necessário para que seja feita uma análise correcta do assunto. Referiu que todas as situações apresentadas nesta informação são importantes, porque existem novas taxas colocadas pelo governo, além de rubricas de despesa que se encontram esgotadas, por isso há a necessidade de reforçar essas verbas, sendo a análise e votação deste assunto imprescindível e de carácter urgente para o funcionamento desta Autarquia. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO EXECUTIVO**-----

-----Sobre esta matéria o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma proposta que se anexa (**anexo I**), para que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal tivessem lugar na primeira quarta-feira de cada quinzena, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sendo que, a primeira de cada mês será aberta ao público. -----

-----**A Câmara deliberou aprovar a referida proposta.**-----

-----**II - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----**ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ART.º 65.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO**----

-----O Senhor Presidente, ao abrigo da legislação acima citada apresentou uma proposta que fica apensa a esta acta (**anexo II**), para delegar nele ou no Vereador que o substitua, nas suas faltas e impedimentos, as competências delegáveis da Câmara. -----

-----**Posta a votação, a Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, a referida proposta.**-----

-----**Declaração de voto do Senhor Vereador Júlio Santos:**-----

-----“Voto contra esta proposta, porquanto considero que para a dimensão desta Câmara e pessoal disponível, as competências propostas para delegação podem e devem ser exercidas pelo Executivo, na sua globalidade”.-----

-----**III - DESPACHO N.º 80/2009**-----

-----**ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE PELOUROS**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo Camarário, que no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 2, do art. 69.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribui ao Senhor Vice-Presidente, Dr. José Luís Saúde Cabral, os seguintes pelouros: -----

-----Acção Social; -----

-----Juventude; -----

-----Educação; -----

-----Desporto; -----

-----Cultura; -----

-----Gabinete de Apoio às Juntas, Associações e Candidaturas. -----

-----Delegando e subdelegando no Senhor Vice-Presidente as competências necessárias para o exercício das atribuições acima enumeradas, documento que se apensa a esta acta (**anexo III**). -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que as competências delegadas e subdelegadas devem ficar especificadas no referido despacho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que as competências delegadas e subdelegadas no Senhor Vice-Presidente sejam anexadas ao referido despacho. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento da distribuição dos referidos Pelouros.** -----

-----**IV - DESPACHO N.º 81** -----

-----**ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE** -----

-----Foi presente despacho, que se apensa a esta acta (**anexo IV**), e identificado em epígrafe, dando conhecimento que o Senhor Presidente, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 3, do art. 57.º, da Lei n.º

169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, designa o Dr. José Luís Saúde Cabral, Vereador em regime de permanência, como Vice-Presidente deste Município.-----

-----**O Executivo tomou conhecimento.**-----

-----**V - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia treze de Outubro de dois mil e nove, pelas dezasseis horas, referente ao funcionário António Teodoro Nobre, do serviço de carpintaria, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----**VI - DESPACHO N.º 78**-----

-----**ASSUNTO: SUBSÍDIO AO SPORTING CLUBE CELORICENSE**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Despacho n.º 78/2009 de oito de Outubro do corrente ano, que se apensa a esta acta (**anexo V**), com o seguinte teor:-----

-----Tendo em conta que a reunião com os clubes desportivos do concelho foi realizada após a última reunião do Executivo e existindo a boa fé de que a Autarquia terá o princípio da continuidade em conta, é novamente intenção do Município atribuir um subsídio aos clubes de futebol inscritos na época 2009/2010. Assim e relativamente à grave situação financeira que actualmente o Sporting Clube Celoricense atravessa, vem solicitar com carácter de urgência um subsídio no valor de 5.000€ a fim de fazerem face a despesas inadiáveis relativas à época desportiva 2009/2010. Informa ainda que o montante em causa será abatido ao valor do subsídio a atribuir ao Clube para a época 2009/2010. ---

-----**A Câmara deliberou por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, ratificar o despacho n.º 78/2009, de 8 de Outubro de 2009, emanado pelo Senhor Vereador António Graça Silva, referente à atribuição de um subsídio ao Sporting Clube Celoricense, no valor de 5.000€, para fazer face a despesas inadiáveis relativas à época desportiva 2009/2010.**-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra esta proposta de deliberação nos termos da qual se ratifica o despacho n.º 78, assinado pelo Senhor ex-Vereador António Graça Silva, porquanto o mesmo sofre do vício da incompetência. Com efeito nos termos da alínea b), do n.º 4, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/Janeiro, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -----

-----Acresce que nos termos do art. 65.º, da referida Lei, esta é uma competência reservada à Câmara Municipal que não pode ser delegada, nem sequer no Senhor Presidente. Assim sendo, esta deliberação é nula pelo que desde já se requer ao Senhor Presidente o desencadeamento do processo administrativo, conducente à sua anulação, pois se tal não acontecer até à próxima reunião do Executivo, requeiro desde já certidão da acta da deliberação para impugnação judicial da mesma”.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que não houve qualquer incompetência, houve sim, a defesa dos interesses de uma colectividade deste Concelho que necessitava de apoio para efectuar a inscrição da equipa de futebol, caso contrário, não poderia participar no campeonato. -----

-----**VII - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE MATERIAIS - D. Natália Isabel Saraiva Pais Gradiz**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 12/10/2009, referindo que após visita domiciliária à família da Sr.ª Natália Isabel Saraiva Pais Gradiz, residente na Rua do Calvário, n.º 13, na Carvalheda, freguesia da Mesquitela verificou que se trata de uma habitação unifamiliar em pedra composta por 3 quartos, sala, arrumos, cozinha e no piso inferior existem as lojas. -----

-----Trata-se de um agregado familiar constituído pela própria, marido e 2 filhos menores, que vivem com dificuldades económicas, sendo o rendimento familiar proveniente do rendimento de trabalho do marido no valor de 458,34€. Sendo a capitação média mensal de 118,97€ -----

-----A Senhora Natália Gradiz vem solicitar ajuda da autarquia a nível de material, para a construção de instalação sanitária num dos arrumos da sua habitação. -----

-----O material necessário é composto por um poliban e acessórios; um lavatório; um bidé; uma sanita; diversos acessórios; ferro; cimento e areia. Este material tem o valor aproximado de 1.200€ -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, fornecer o material necessário ao referido agregado, para a construção da instalação sanitária na sua habitação.**-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra esta proposta de deliberação porquanto, por um lado parece-me que em termos políticos se pode estar face ao pagamento de favores eleitorais. -----

-----Sabemos todos, que as eleições autárquicas ainda não tiveram lugar há um mês e a data da informação dos serviços é exactamente do dia

posterior ao acto eleitoral. Parece-me que estamos face a mais uma deliberação ilegal, porquanto a mesma é casuística e não se expressa na proposta qual o critério ou critérios que estiveram na base da mesma. A ilegalidade proferida existe porquanto não foi dado cumprimento ao estatuído na alínea b) e c), do n.º 4, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1.-----

-----Efectivamente nos termos da referida alínea c), do n.º 4, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio às actividades de interesse municipal, participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal.-----

-----Ora uma vez que não foi dada informação (pelo menos a mesma não vem referenciada na proposta de deliberação anexa), concluímos que não foi dado cumprimento ao estatuído no referido regulamento e assim sendo a deliberação é ilegal, cuja declaração desde já também se requer que sejam desencadeados os mecanismos legais para a anulação da mesma. -----

-----Note-se que não somos contra a atribuição de apoios, por parte da Câmara Municipal, a quem deles necessite, bem antes pelo contrário. Pretendemos sim, que esses apoios sejam atribuídos casuisticamente sem critérios e sem justificação, pelo que se deve sempre ter em atenção a regulamentação deste tipo de apoios.”-----

-----Relativamente a este ponto, o Senhor **Vereador José Luís Cabral**, começou por dizer que fica mal ao Senhor Vereador Júlio Santos fazer este tipo de insinuações, porque nesta autarquia não se fazem favores eleitorais e que sempre foi prática do Executivo, durante o último mandato e continuará a sê-lo, apoiar os munícipes a vários níveis, com especial atenção para casos de carência. -----

-----No caso concreto, informou que o levantamento da situação foi feito em Agosto, depois de analisado pelos serviços competentes foi remetido

para deliberação de Câmara, tendo seguido todos os trâmites normais. Refutou as acusações do Senhor Vereador e reafirmou que, não existem favores políticos, nem ilegalidades, nem neste, nem em qualquer outro processo desta autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** requereu uma certidão do assunto onde incluía a sua declaração de voto bem como da declaração feita pelo Senhor Vereador José Luís. Requereu ainda que lhe seja dada cópia do regulamento que estatui este tipo de apoios.-----

-----Entrou o Senhor **Vereador Victor Santos**.-----

-----**VIII - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE**-----

-----Foi presente requerimento n.º 769, datado de treze de Outubro de dois mil e nove, em nome de Judite da Conceição Lima Caseiro, pretendendo efectuar um destaque de uma parcela de terreno, localizado em espaço urbano, de acordo com o PDM em vigor. A parcela de terreno a destacar possui uma área de 34 846.00m², ficando uma área sobrance de 33 346.00m². A parcela de terreno a destacar destina-se à construção de edifício, exclusivamente para fins habitacionais. -----

-----Assim sendo e segundo a informação técnica, em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 4 do art. 6.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/07, de 4 de Setembro e o ponto 2 do art. 17.º do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar cumpre a seguinte condição:-----

-----a) As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos;-----

-----b) A construção que está a ser erigida na parcela a destacar dispõe de projecto aprovado.-----

-----A contagem do ónus do não fraccionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 7, do art. 6.º da referida legislação citada.-----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 34 846.00m².**-----

-----**ASSUNTO: 6.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2009**-----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a sexta alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, em vigor no ano financeiro de 2009, documentos que ficam apensos a esta acta, **(anexo VI)**.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que este é um assunto que carece de tempo para ser analisado, que exige por parte dos Vereadores um estudo prévio, considerando que o mesmo deveria ter sido enviado na ordem de trabalhos, assim sendo, irá abster-se na sua votação, não se pronunciando sobre o mesmo.-----

-----Solicitou de Ihe fosse disponibilizado o protocolo de cedência de espaço celebrado com a COCEBA e referenciado na presente informação técnica.-----

-----Solicita também ao Senhor Presidente da Câmara que sejam disponibilizadas instalações e meios para os Vereadores poderem preparar as reuniões e terem acesso prévio aos esclarecimentos técnicos que considerem necessários.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** informou o Senhor Vereador Victor Santos que, também já se tinha pronunciado pelas mesmas razões e por isso votou contra a inclusão do assunto. -----

-----**Posto o assunto a votação, a Câmara deliberou aprovar por maioria com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, a 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2009.** -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** justifica a sua abstenção pelo facto de não ter tido acesso aos documentos que estão a votação a tempo de os analisar convenientemente. -----

-----**Declaração de voto de vencido do Senhor Vereador Júlio Santos:** -----

-----Nos termos do n.º 1, do art. 93.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, os membros do órgão podem fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem. -----

-----Nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, o registo na acta do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada. -----

-----E assim sendo, voto contra a integração nesta proposta de deliberação, a cabimentação da dívida à Coceba e a necessidade de reforço das rubricas de despesa. -----

-----O referido voto contra, justifica-se pelo facto de nos termos da Lei a proposta de deliberação não vir acompanhada dos documentos que suportam a deliberação. -----

-----Com base no n.º 3, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propõe que este assunto seja aprovado em minuta. -----

-----**Posta a votação, a Câmara deliberou aprovar por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, a aprovação da deliberação em minuta.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram onze horas e quarenta e cinco minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.

